

Ventos de São Lúcio | Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de
março de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.
Maracanaú - Ceará

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial condensado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, em 31 de março de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Fortaleza, 15 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Júnior
Contador CRC CE-021967/O-5

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.490	3.804	Fornecedores		156	660
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.684	6.827	Dividendos a pagar	14	1.126	1.126
Contas a receber de clientes	6	4.293	4.904	Empréstimos e financiamentos	8	5.132	5.073
Partes relacionadas - outros créditos	14	33	33	Debêntures	8	9.975	11.969
Outros créditos		753	971	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	186	1.068
				Obrigações fiscais		397	495
				Imposto de renda e contribuição social	16	573	644
				Outras contas a pagar		74	74
Total do Ativo Circulante		14.253	16.539	Total do Passivo Circulante		17.619	21.109
Aplicações financeiras vinculadas	5	16.941	19.172	Empréstimos e financiamentos	8	144.001	143.402
				Debêntures	8	81.922	84.679
				Provisão para desmobilização		3.247	3.182
Realizável a longo prazo		16.941	19.172	Total do Passivo Não circulante		229.170	231.263
Imobilizado	7	306.776	310.255	Patrimônio líquido	9		
Intangível		11	11	Capital social		85.417	85.417
				Reserva legal		363	363
				Reserva de lucros a distribuir		7.825	7.825
				Prejuízo acumulado		(2.413)	-
		306.787	310.266	Total do Patrimônio líquido		91.192	93.605
Total do Ativo Não Circulante		323.728	329.438	Total do Passivo		246.789	252.372
Total do Ativo		337.981	345.977	Total do Passivo e Patrimônio líquido		337.981	345.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado dos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida de vendas	10	12.419	12.545
Custos operacionais	11	(6.233)	(6.680)
Lucro bruto		6.186	5.865
Despesas gerais ou administrativas	12	(225)	(229)
Despesas operacionais		(225)	(229)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		5.961	5.636
Receitas financeiras	13	740	535
Despesas financeiras	13	(8.471)	(8.377)
Resultado financeiro		(7.731)	(7.842)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(1.770)	(2.206)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(643)	(588)
Prejuízo do período		(2.413)	(2.794)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo do período	(2.413)	(2.794)
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(2.413)	(2.794)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	85.417	126	1.793	-	87.336
Prejuízo do período	-	-	-	(2.794)	(2.794)
Saldos em 31 de março de 2024	85.417	126	1.793	(2.794)	84.542
Saldos em 31 de dezembro de 2024	85.417	363	7.825	-	93.605
Prejuízo do período	-	-	-	(2.413)	(2.413)
Saldos em 31 de março de 2025	85.417	363	7.825	(2.413)	91.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(2.413)	(2.794)
Ajustes para:			
Depreciação	7	3.287	3.234
Rendimento de aplicações	5	(546)	(264)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	4.582	4.679
Juros sobre debêntures	8	3.644	3.440
Imposto de renda e contribuição social	16	643	588
Apropriação do custo de captação	8	179	14
Outros		307	297
		9.683	9.194
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		611	1.258
Outros créditos		218	624
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		-	38
Fornecedores		(504)	1.703
Obrigações trabalhistas		(882)	55
Obrigações fiscais		(115)	(718)
Outras contas a pagar		-	(33)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		9.011	12.121
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(2.257)	(810)
Juros pagos sobre debêntures	8	(3.756)	-
Juros pagos sobre mútuos	14	-	(123)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(644)	(15)
		2.354	11.173
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(10.917)	(7.017)
Resgates de aplicações financeiras	5	17.784	-
Aquisição de imobilizado	7	(50)	(1.670)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		6.817	(8.687)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	8	-	6.600
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(1.262)	(1.162)
Amortizações de principal - debêntures	8	(4.438)	-
Amortizações de principal - mútuos		-	(4.000)
Custo de captação - debêntures	8	(288)	(557)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(497)	(773)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(6.485)	108
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.686	2.594
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3.804	6.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	6.490	8.662
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.686	2.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 18 de dezembro de 2019, e tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do empreendimento denominado EOL Ventos de Santa Léia 14; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Ventos de Santa Léia 14; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal objetivo.

O empreendimento possui 66,1 MW e entrou em operação comercial a partir do dia 22 de setembro de 2023, quando a totalidade da energia produzida passou a estar disponível ao sistema. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

Capital Circulante líquido

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 3.366 (R\$ 4.570 em 31 de dezembro de 2024), parte significativa desse valor é referente aos saldos de empréstimos e debêntures, que serão amortizadas no curto prazo. O pagamento das dívidas será realizado com base no saldo de aplicação vinculada para pagamento de debêntures (nota 5) e na geração de fluxo de caixa operacional.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de março de 2025 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 7 – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada;

Nota 7 - provisão de desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do parque eólico com base no período de concessão da outorga;

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis Intermediárias Condensadas:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias condensadas e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

2.5 Principais políticas contábeis materiais

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram divulgadas em 28 de fevereiro de 2025 e devem ser lidas em conjunto.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Casa dos Ventos S.A. (“CDV”) estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são empréstimos BNDES e escritura de debêntures, apresentados na nota 8.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas, apresentadas na nota 8, possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/03/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos - restrito	6.382	Baixa do CDI	6.333	6.284
Efeito no resultado	193		144	95
Aplicações financeiras vinculadas	19.625	Baixa do CDI	19.486	19.348
Efeito no resultado	546		407	269
Empréstimos e financiamentos	(149.133)	Alta do IPCA	(150.314)	(151.494)
Efeito no resultado	(4.582)		(5.763)	(6.943)
Debêntures	(91.897)	Alta do IPCA	(92.844)	(93.791)
Efeito no resultado	(3.644)		(4.591)	(5.538)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	108	478
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	6.382	3.326
Total	6.490	3.804

- (a) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade nos três meses de 2025 foi de 3,06% (11,25% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Aplicação vinculada – Serviço da Dívida BNDES	7.763	11.522
Aplicação vinculada - Serviço da Dívida (Debêntures)	8.134	7.650
Aplicação vinculada - Conta de Reserva de O&M	1.044	-
Aplicação vinculada - Pagamento da Dívida (Debêntures)	2.684	6.827
Aplicação vinculada – Conta de Complementação do ICSD	-	-
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora	-	-
Aplicação vinculada – Conta Seguros	-	-
Total	19.625	25.999
Ativo circulante	2.684	6.827
Ativo não circulante	16.941	19.172

As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 30 de novembro de 2021 e na Escritura de Debêntures celebrada em 02 de dezembro de 2021, a saber: (i) Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures, (iii) Conta Reserva de O&M, (iv) Conta de Complementação do Índice de Cobertura da Dívida (“ICSD”), (v) Conta Centralizadora, (vi) Conta de Seguros e (vii) Conta de Pagamento da Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço da Companhia, pois o saldo constituído é utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. As contas descritas nos itens (iii), (iv), (v) e (vi) são garantias compartilhadas entre os credores. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI e apresentaram rentabilidade nos três meses de 2025 de 2,74% (12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	25.999	7.560
Rendimentos de aplicações	546	1.647
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(53)	(237)
Aplicações financeiras	10.917	35.188
Resgates de aplicações financeiras	(17.784)	(18.159)
Saldos finais	19.625	25.999

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	4.215	4.401
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	78	503
Total	4.293	4.904

Em 31 de março de 2025, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/03/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10%	160	(44)	116	120
Máquinas e Equipamentos	1,85% a 16,67%	291.051	(17.741)	273.310	276.478
Edificações	3,33% a 4%	32.211	(1.728)	30.483	30.769
Provisão de desmobilização	2,86%	2.995	(128)	2.867	2.888
Total		326.417	(19.641)	306.776	310.255

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2025
Torres anemométricas	120	-	-	(4)	116
Máquinas e Equipamentos	276.478	50	(242)	(2.976)	273.310
Edificações	30.769	-	-	(286)	30.483
Provisão de desmobilização	2.888	-	-	(21)	2.867
Total	310.255	50	(242)	(3.287)	306.776

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	124	11	-	(15)	120
Máquinas e equipamentos	285.956	2.370	(26)	(11.822)	276.478
Edificações	31.194	739	-	(1.164)	30.769
Provisão de desmobilização	2.973	-	-	(85)	2.888
Total	320.247	3.120	(26)	(13.086)	310.255

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Escritura de Debêntures

Em 02 de dezembro de 2021, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$ 77.500 ("Escritura de Debêntures"), com sistema de amortização semestral, conforme cronograma de pagamento (item c), sendo o primeiro pagamento realizado em julho de 2024, e o último com a ser realizado em julho de 2041. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 7,61% a.a., desde a primeira data de integralização das Debêntures (17 de dezembro de 2021) até a data de cada efetivo pagamento.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto na Escritura de Debêntures.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atender a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

A Administração monitora todos os *covenants* previstos nos contratos. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* não financeiros e, em 31 de dezembro de 2024, com os *covenants* financeiros, cujo indicador já era passível de mensuração.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$ 148.000 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA, (ii) pela taxa de juros prefixada de 3,83% ao ano e (iii) pelo spread do BNDES de 2,24% ao ano. O principal da dívida com o BNDES deverá ser pago em 262 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de março de 2024 e a prestação final vincenda em 15 de janeiro de 2045. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

O financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atender o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

A Administração monitora todos os *covenants* previstos nos contratos. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* não financeiros estabelecidos no contrato de financiamento.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/03/2025	31/12/2024
BNDES	Financiamento	156.605	155.541
Custos de captação		(7.472)	(7.066)
Empréstimos e financiamentos		149.133	148.475
Escritura de debêntures	Debêntures	97.625	102.174
Custos de captação		(5.728)	(5.526)
Debêntures		91.897	96.648
Total		241.030	245.123

b. Movimentação da conta

<u>BNDES</u>	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	148.475	146.485
Captações	-	6.600
Juros incorridos	4.582	16.882
Amortização de principal	(1.262)	(11.867)
Amortização de juros	(2.257)	(7.971)
Apropriação custo de captação	92	269
Custo de captação incorrido no exercício	(497)	(1.923)
Saldos finais	149.133	148.475
Circulante	5.132	5.073
Não circulante	144.001	143.402
<u>Debêntures</u>	31/03/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	96.648	96.261
Amortização de principal	(4.438)	(6.177)
Amortização de juros	(3.756)	(3.813)
Juros incorridos	3.644	12.302
Apropriação do custo de captação	87	156
Custo de captação incorrido no exercício	(288)	(2.081)
Saldos finais	91.897	96.648
Circulante	9.975	11.969
Não circulante	81.922	84.679

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

<u>BNDES</u> Vencimento	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	3.972	2%	5.215	3%
2027	6.314	4%	6.218	4%
2028	5.296	4%	5.216	3%
2029	5.499	4%	5.416	4%
2030	5.092	3%	5.015	3%
2031	5.499	4%	5.416	4%
2032	6.110	4%	6.018	4%
2033	5.296	4%	5.216	3%
2034	5.296	4%	5.216	3%
2035	4.685	3%	4.614	3%
2036	4.685	3%	4.614	3%
2037	4.685	3%	4.614	3%
2038	4.685	3%	4.614	3%
2039	8.351	5%	8.225	5%
2040	13.443	9%	13.240	9%
2041	13.646	9%	13.440	9%
2042	15.683	10%	15.446	10%
2043	16.294	11%	16.048	11%
2044	16.294	11%	16.048	12%
2045	272	0%	267	1%
Total parcelas – longo prazo	151.097	100%	150.116	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(7.096)		(6.714)	
Saldo total – longo prazo	144.001		143.402	

<u>Debêntures</u>	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
2026	4.373	5%	8.573	10%
2027	7.392	8%	7.247	8%
2028	7.038	8%	6.900	8%
2029	6.214	7%	6.092	7%
2030	7.081	8%	6.942	8%
2031	6.449	7%	6.323	7%
2032	6.299	7%	6.176	7%
2033	6.160	7%	6.039	7%
2034	6.042	7%	5.924	7%
2035	6.224	7%	6.102	7%
2036	6.396	7%	6.270	7%
2037	6.117	7%	5.997	7%
2038	5.678	6%	5.566	5%
2039	3.970	6%	3.892	3%
2040	643	1%	630	1%
2041	1.222	2%	1.198	1%
Total parcelas – longo prazo	87.298	100%	89.871	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(5.376)		(5.192)	
Saldo total – longo prazo	81.922		84.679	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 85.417 em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e está representado por 42.708.500 ações ordinárias e 42.708.500 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme detalhamento a seguir:

	31/03/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionistas						
Casa dos Ventos S.A.	80%	68.334	68.333.600	80%	68.334	68.333.600
Ares Eyner Participações S.A.	20%	17.083	17.083.400	20%	17.083	17.083.400
Total	100%	85.417	85.417.000	100%	85.417	85.417.000

10 Receita líquida de vendas

<u>Descrição</u>	31/03/2025	31/03/2024
Venda de energia	12.884	13.020
PIS e Cofins sobre vendas	(465)	(475)
Total	12.419	12.545

11 Custos operacionais

<u>Descrição</u>	31/03/2025	31/03/2024
Custos com pessoal	(49)	(58)
Energia comprada	(629)	(1.372)
Depreciação	(3.287)	(3.230)
Gastos operacionais – geração energia	(223)	(215)
Custos com manutenção	(1.342)	(1.142)
Gastos com propriedades	(186)	(358)
Outros custos	(517)	(305)
Total	(6.233)	(6.680)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (nota 14)	(229)	(219)
Outras despesas	4	(10)
Total	(225)	(229)

13 Resultado financeiro

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	739	511
Outras receitas financeiras	1	24
Total	740	535
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(4.582)	(4.679)
Juros sobre debêntures	(3.644)	(3.440)
Apropriação do custo de captação	(179)	(14)
Outras despesas financeiras	(66)	(244)
Total	(8.471)	(8.377)
Resultado financeiro	(7.731)	(7.842)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Contas a receber de clientes	111	536
Venda de energia (nota 6)/(c)	78	503
Partes relacionadas – outros créditos	33	33
Transações de condomínio (b)	33	33
Passivo	1.312	2.190
Fornecedores		
Compra de energia (c)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	186	1.064
Transações de condomínio (b)	180	983
Outras contas a pagar	-	72
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	6	9
Dividendos a pagar	1.126	1.126
Resultado	125	8.540
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	376	9.852
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(22)	(520)

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
------------------	-------------------	-------------------

Despesas gerais ou administrativas

Serviços tomados - pessoa jurídica (a) (229) (792)

- (a) Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV, que possuía a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Hierarquia	31/03/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa		6.490	6.490	3.804	3.804
Contas a receber de clientes		4.293	4.293	4.904	4.904
Partes relacionadas - outros créditos		33	33	33	33
Aplicações financeiras - vinculadas		16.941	16.941	19.172	19.172
Fornecedores		(156)	(156)	(660)	(660)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(149.133)	(156.605)	(148.475)	(155.541)
Debêntures	Nível 2	(91.897)	(88.942)	(96.648)	(102.738)
Dividendos a pagar		(1.126)	(1.126)	(1.126)	(1.126)
Outras contas a pagar		(74)	(74)	(74)	(74)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(186)	(186)	(1.068)	(1.068)
Total		(214.815)	(219.332)	(220.138)	(233.294)

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação	Não aplicável	Não aplicável

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
	embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.		
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Imposto de renda – corrente	(437)	(396)
Contribuição social – corrente	(206)	(192)
Total	(643)	(588)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no período de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Venda de energia	12.884	13.020
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	1.031	1.042
IRPJ adicional / Outras receitas não operacionais	740	535
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(437)	(396)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	1.546	1.562
Outras receitas não operacionais	740	535
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(206)	(192)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Saldos iniciais	644	583
Imposto de renda e contribuição social no exercício	643	588
Compensações no exercício	(70)	(602)
Impostos pagos sobre o lucro	(644)	(15)
Saldos finais	573	554

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
